

# COGNITIO JURIS – Vol. 13, No. 49 – Setembro 2023

Os artigos publicados neste número estão relacionados abaixo, organizados em ordem alfabética.

## **Cognitio Juris**

Volume 13 – Número 49 – Setembro de 2023

ISSN 2236-3009

## **DADOS PARA CATALOGAÇÃO:**

### **COGNITIO JURIS - VOLUME 13, NÚMERO 49, SETEMBRO DE 2023:**

NORAT, Markus Samuel Leite (Editor). **Cognitio Juris**, João Pessoa, Volume 13, nº 49, p. 01 – 396, Setembro de 2023. Disponível em:  
<https://cognitiojuris.com.br/cognitio-juris-49a-edicao/> . Acesso em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

### **COMO CITAR OS ARTIGOS PUBLICADOS NA COGNITIO JURIS, VOL. 13, N. 49, SETEMBRO DE 2023:**

ÚLTIMO SOBRENOME DO AUTOR, Primeiro nome do autor (se houver mais de um autor, colocar ponto e vírgula “;” entre eles). Título do artigo. **Cognitio Juris**, João Pessoa, Volume 13, nº 49, p. (página inicial e página final do artigo), Setembro de 2023. Disponível em: (endereço URL da página do artigo) . Acesso em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.



*Catedral de Santo Isaac (Исаакиевский Собор) - São Petersburgo, Rússia*

## APRESENTAÇÃO

Com enorme satisfação, apresentamos o Volume 13, Quadragésimo Nono Número (Setembro de 2023) da Revista Cognitio Juris, mais uma valiosa contribuição ao acervo acadêmico e científico.

A Cognitio Juris, notoriamente admirada por sua abordagem abrangente e eclética de assuntos relacionados ao direito e áreas afins, reforça nesta edição seu compromisso com a disseminação de conhecimento relevante. Com um vasto leque de temas, que englobam Biodireito, Direito Ambiental, Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito do Consumidor, Filosofia, Sociologia e Serviço Social, a revista procura, por meio de cada artigo científico apresentado, enriquecer o entendimento interdisciplinar e multidisciplinar, atual e

aplicável, afinado às transformações mais prementes da sociedade atual. O objetivo central é municiar os leitores com insights cruciais para a resolução de conflitos que afetam a harmonia social.

Vivemos numa era onde a informação se propaga de forma acelerada através dos canais digitais. Entretanto, apesar da vastidão de informações disponíveis, é crucial reconhecer que nem todas são úteis e transmutáveis em conhecimento prático. Neste contexto, urge a necessidade de reavaliar determinados preceitos e evoluir para uma “sociedade do conhecimento”.

A educação é peça-chave nessa evolução social, sendo um veículo efetivo para melhoria da qualidade de vida de cada indivíduo. Assim, a disponibilização gratuita de conhecimento científico é uma estratégia vital. Neste cenário, a Cognitio Juris ocupa uma posição significativa, atuando como uma força motriz para a mudança e o aperfeiçoamento do mundo em que habitamos.

Desejamos a todos os leitores uma leitura produtiva e edificante.

Markus Samuel Leite Norat

*Membro-Diretor Geral, Científico e Editorial*

## SUMÁRIO

***Sobre a Revista - Páginas 011 - 012***

***Conselho Científico - Páginas 013 - 034***

***Diretrizes - Páginas 035 - 037***

***Enviar Artigos - Página 038***

**Apresentação - Páginas 039 - 040**

## ARTIGOS

### **A AMPLA DEFESA NOS CASOS DE REPERCUSSÃO NACIONAL: UM ESTUDO DE CASO ACERCA DO JULGAMENTO POPULAR DA BOATE KISS** - Páginas 041 - 061

Débora Macêdo Oliveira; Daniel Souza Silva; Jamylle Maria Araujo Silva; Letícia Vivianne Miranda Cury

### **A CONSTRUÇÃO DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL: A PROIBIÇÃO DO RETROCESSO E A ADPF Nº 708** - Páginas 062 - 080

Mércia Nogueira Monteiro Alves

### **A CONTRIBUIÇÃO DO TERCEIRO SETOR NA ECONOMIA ECOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA** - Páginas 081 - 100

Patricia Fortes Attademo Ferreira; André Ricardo Antonovicz Munhoz

### **A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE TRANSTORNOS MENTAIS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO** - Páginas 101 - 117

Ian Reis Nogueira Felício; Marcelo Wordell Gubert; Roseli Johner Backes

### **A INAPLICABILIDADE DO MÍNIMO EXISTENCIAL NO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DAS PESSOAS JURÍDICAS** - Páginas 118 - 137

Lygia Maria Copi; Thaís Lunardon Toledo

### **AÇÕES AFIRMATIVAS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E SUA REGULAMENTAÇÃO NO DECRETO 11.430/2023: SUSTENTABILIDADE SOCIAL PARA A PROTEÇÃO DA MULHER E A PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO** - Páginas 138 - 159

Glenda Grando de Meira Menezes; Mércia Nogueira Monteiro Alves

**ANÁLISE DA LEI Nº 12.711/2012 NA ACESSIBILIDADE AO ENSINO SUPERIOR E NA GARANTIA AO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL** - Páginas 160 - 180

Roselaine Gusson Mendes; Beatriz Cilene Mafra Neves Bigeli; Leila Cristina Rosa de Lins

**ASPECTOS DO DIREITO PENAL DO INIMIGO NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA PENA NO BRASIL: A DESESTRUTURAÇÃO PARA O PÚBLICO FEMININO E A REALIDADE DO ESTADO DE RONDÔNIA** - Páginas 181 - 204

Rafael Victor Macedo Sena de Medeiros; Fabrício Germano Alves; Edivaldo Waldemar Genova

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A TENTATIVA DE UNIFICAÇÃO DAS TUTELAS PROVISÓRIAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015** - Páginas 205 - 226

Lívia Baptiston Herdy Alves

**ESTUDO DE CASO, SOBRE “SCORE DE CRÉDITO” (I) LEGALIDADE: AS IMPLICAÇÕES NAS SEARAS CÍVEL, CONSUMIDOR E CRIMINAL** - Páginas 227 - 245

Rafael Paraguassú de Oliveira

**MÃES ENCARCERADAS: A INTERPRETAÇÃO DA IMPRESCINDIBILIDADE DO CUIDADO MATERNO NA CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR PELO PODER JUDICIÁRIO** -

Páginas 246 - 272

Lívia García Moro Dalla Vecchia; Lygia Maria Copi

**O ASSÉDIO MORAL E O ABUSO DE PODER NAS ORGANIZAÇÕES: AS CONSEQUÊNCIAS PARA O EMPREGADOR** - Páginas 273 - 299

Charles Deivide da Costa Silva; Uérlei Magalhães de Moraes

**O CONTRATO DE TRABALHO: CONCEITOS HISTÓRICOS, MODALIDADES E CLÁUSULAS ESPECIAIS** - Páginas 300 - 323

João Henrique Costa Leite Guidorizzi

**O PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS CASOS**

**DE (OVER)SHARENTING: O PAPEL PREVENTIVO DA REDE DE PROTEÇÃO NO CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO** - Páginas 324 - 346

João Paulo Capelotti; Norton André Scarabotto

**OS CONTRATOS BUILT TO SUIT À LUZ DO DIREITO COMPARADO** - Páginas 347 - 371

Bruna de Mello Figueiredo

**VISIÓN FRANCO LEFEBVRIANA DEL DERECHO A LA CIUDAD: LA CIUDAD EDUCADORA COMO AGENTE GENERADOR DE PROTAGONISMO EN EL EJERCICIO DE LA CIUDADANÍA DESDE LA RUPTURA CON EL PROTOTIPO DE EDUCACIÓN CENTRALIZADA** - Páginas 372 - 396

Nathalia Viana Lopes